

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

**Plantão Nacional:** Moura, Graça Freire e Paulo Henrique.  
**Presentes em Brasília:** Léia de Souza.**INFORMES NACIONAIS****OF. 330/07-SEC.**

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

Exmo. Sr.  
**FERNANDO HADDAD**  
MD. Ministro de Estado da Educação  
Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação  
NESTA

*PARA PÁGINA*  
*TÍTULO: FASUBRA solicita*  
*AUDIÊNCIA COM CNSC.*

**Senhor Ministro,**

Ao final deste ano, constatamos, lamentavelmente, que até a presente data não houve nenhum movimento por parte desse Ministério, no sentido de retomada dos trabalhos da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, bem como da instalação do GT Terceirização, já nomeado através da Portaria nº 1.854 de novembro de 2006 (anexo).

Preocupa-nos o comprometimento que significa esta falta de retomada dos trabalhos, há mais de um ano interrompidos, às prerrogativas da Lei 11.091, e seus desdobramentos na implantação da Carreira.

Assim, solicitamos que seja agendada reunião da CNSC e instalação do GT Terceirização, evitando que este tema seja objeto de pauta de reivindicações.

Aguardando manifestação de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos

Atenciosamente

**LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA**  
Coordenação Geral

C/C Ronaldo Motta  
Secretário de Ensino Superior MEC

**OF. 332/07-SEC.**

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2007.

Ilmo. Sr.  
**DUVANIER PAIVA FERREIRA**  
Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento  
Esplanada dos Ministérios - Ministério do Planejamento  
NESTA

*PARA PÁGINA*  
*TÍTULO: FASUBRA solicita*  
*AUDIÊNCIA COM*  
*MPGO.*

**Senhor Secretário,**

Em reunião realizada no dia 3 de dezembro de 2007, com a representação da FASUBRA Sindical e o Coordenador Geral de Negociação e Relações Sindicais Idel Profeta Ribeiro, foi dado continuidade aos desdobramentos do Termo de Compromisso firmado no final da Greve de 2007, visando o acerto de calendário e metodologia da continuidade da negociação.

Com relação à proposta apresentada pelo Coordenador, temos a considerar:

**01. Concordamos com a proposta de prazo para o desenvolvimento dos trabalhos, iniciando em 18 de janeiro e finalizando em março de 2008, acerca dos itens constantes no Termo de Compromisso:**

- Racionalização
- Alteração no Anexo IV

**02. Com relação à representação da FASUBRA e do Governo, nesta Mesa, temos a sugerir:**

- 02 do MP
- 02 do MEC
- 05 da FASUBRA

Tal sugestão deve-se ao fato da complexidade dos temas que serão debatidos.

**03. Funcionamento da Mesa**

- Sugerimos que a reunião seja durante todo o dia, sendo que o período matutino deve ficar reservado para o Tema Racionalização, e o vespertino para o tema Alteração do Anexo IV e outros temas que forem pautados pela Mesa.

**04. Com relação à Cláusula IV do referido Termo de Compromisso que versa sobre os trabalhos desenvolvidos no ano de 2006, pelo GT/Benefícios o qual indica diversas alternativas no tocante a: Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Parcelamento de Férias e Auxílio**

- Alimentação ficou acertado que entraríamos em contato com o Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, para debater acerca da questão.

**05. Com relação ao Instrumento Legal que dará concretude ao Termo de Compromisso com referência à: Nova Tabela, novo prazo de adesão a Carreira e Não absorção do VBC.**

- Conforme informação repassada pelo Coordenador Idel Profeta, no início de 2008 será construído os Instrumentos Legais, visando o encaminhamento dos itens firmados no Termo de Compromisso.

**06. Antecipação dos efeitos financeiros do Termo de compromisso para o mês de março de 2008.**

**07. Com relação às datas para realização das reuniões no mês de janeiro**

- Temos completo acordo com o dia 18, mas solicitamos uma mudança na data sugerida do dia 31 de janeiro, considerando que a mesma encontra-se próxima do carnaval, elemento dificultador. Sugerimos que esta última data seja antecipada do dia 31 para o dia 28 de janeiro.

**08. Oficina com a SRH/MP, com Coordenadores de Administração e Finanças da FASUBRA e Coordenadores de Administração e Finanças das entidades de base filiadas.**

- Sugerimos a data para a realização desta Oficina o dia 17 de janeiro de 2008.

**09. Extensão dos 28,86%**

- A FASUBRA pautou na reunião, reivindicação de estudos por parte do MP, no sentido de extensão dos 28,86% para aqueles trabalhadores que não ingressaram na Justiça, nem com ação judicial.
- Foi solicitada a formalização do pleito, o que ora fazemos, esperando uma manifestação de Vossa Senhoria, na próxima reunião, já agendada para o dia 18 de janeiro.

Finalmente, afirmamos a disposição da FASUBRA na continuidade de nossas negociações, em um ambiente normal, sem o tensionamento da Greve que, como Vossa Senhoria disse nas negociações anteriores, "a qualidade do processo negocial é maior fora do ambiente de Greve". Esperamos construir durante estes 03 meses, acordos que possam demonstrar a capacidade de negociação, que deverá contar com o comprometimento, tanto por parte da Bancada de Governo quanto da Sindical.

Na oportunidade, registramos nossos votos de um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

**LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA**  
Coordenação Geral

**MARIA DA GRAÇA FERRO FREIRE**  
Plantão da DN

**PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS**  
Plantão da DN

**ESTEVÃO FERNANDES DE MOURA**  
Plantão da DN

**Encaminhado aos Parlamentares que contribuíram na intermediação entre os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, em relação ao processo de negociação com o governo, durante a greve de 2007**

Senhora Parlamentar,

A FASUBRA Sindical, ao cumprimentar Vossa Excelência registra o reconhecimento do seu apoio na luta dos trabalhadores (as) Técnico-Administrativos (as) das Instituições Federais de Ensino (IFEs), desenvolvida no transcorrer do ano de 2007, que ora se finda.

Sabemos que muito ainda temos que lutar, para garantir o cumprimento do Termo de Compromisso firmado com o Governo (em anexo) e avançar nas negociações que possibilitem melhoria nas condições de trabalho nas IFES, bem como a instalação do debate acerca das Diretrizes de Plano de Carreira, articulada ao debate necessário de modelo e concepção de Estado e papel dos trabalhadores (as) do Serviço Público.

O ano de 2008 se aproxima com muitos desafios, que extrapolam as nossas questões corporativas, o que demanda para a FASUBRA a continuidade de sua atuação na luta mais geral, pela ratificação da Convenção 151 da OIT; Institucionalização da Negociação Coletiva; contra a criação da Fundação Estatal de Direito Privado, dentre outros temas, que possuem uma relação intrínseca com a superação do paradigma instalado em nosso país, que possuem como centro uma visão reducionista do Estado.

Estamos nesta luta!! Cientes do compromisso de Vossa Excelência com a continuidade das mudanças em nosso país, contamos com o seu apoio.

Na oportunidade, desejamos-lhes, bem como à equipe, um Feliz Natal e um Ano Novo de realizações.

**LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA**  
Coordenação Geral

PARA PÁGINA  
TÍTULO: FASUBRA EN CAMINHA  
SOLICITAÇÃO AOS PARLAMENTARES

**II CONGRESSO BRASILEIRO DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E DE ENSINO**

Pela FASUBRA: Paulo Henrique e Janine.

A FASUBRA Sindical participou do II Congresso Brasileiro de Hospitais Universitários e de Ensino, realizado nos dias 10, 11 e 12 de dezembro em São Paulo, de Mesa-Redonda que teve como temário "A Governabilidade do HE e os Modelos de Gestão". Também tiveram assento à Mesa, além de Paulo Henrique, pela FASUBRA, Valéria Salgado, do Ministério do Planejamento, e Amâncio Paulino de Carvalho, do HUCFF/UFRJ. Na oportunidade, a FASUBRA reafirmou sua posição contrária ao projeto de Fundação Estatal de Direito Privado encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional como alternativa à crise vivenciada pelos HUE's.

Registramos ainda o empenho da categoria nesta jornada em defesa dos Hospitais e os debates feitos junto aos Conselhos Municipais de Saúde, Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas que nos levaram a receber o apoio da sociedade e, como fruto deste trabalho, obtivemos manifestado pelo Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social e pelos delegados da 13ª Conferência Nacional de Saúde o posicionamento contrário à proposta de Fundação Estatal de Direito Privado colocada pelo governo.

Ao longo do debate, externamos mais uma vez que a crise, hoje vivenciada pelos hospitais, não se resume tão somente a uma questão gerencial, vítima de uma política de desmonte dos serviços públicos numa combinação da não reposição de vagas e processo acelerado de terceirização precarizando mão-de-obra, mas, principalmente, à falta de financiamento condizente com a demanda atendida naquelas unidades. Na visão apresentada pela FASUBRA, não se pode ignorar o papel fundamental dos HUE's na sustentação do SUS e, ainda, como espaço de formação de profissionais da

PARA PÁGINA  
MESMO TÍTULO.

saúde além das pesquisas ali realizadas e que os HUE's se constituem em espaço privilegiado para o exercício do Ensino, da Pesquisa, da Extensão, necessários ao cumprimento do papel das universidades frente às demandas da sociedade além da Assistência na área da saúde numa parceria com o SUS.

Diante deste quadro, reafirmamos nossa posição de que é imperioso repensar os HUE's, porém numa ótica diferente da proposição do governo, que leva à desvinculação destas unidades com as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, definidas pela Instituição. Neste sentido, passamos a expor para debate público nossas proposições de financiamento sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e da Saúde, sobre a modificação na gestão destas unidades constituindo conselhos democráticos com controle social, de melhoria nas condições de trabalho e reposição dos quadros via concurso público e contratação pelo RJU. Anunciamos, por fim, a disposição que a FASUBRA sempre teve de debater este tema e a finalização de nosso projeto de HUE's para as próximas semanas.

Na seqüência, Valeria fez a exposição do projeto do governo, explicitando que se trata de definição primeiramente das áreas em que poderão ser criadas as Fundações Estatais de Direito Privado. O planejamento continuou insistindo ser esta uma alternativa para a gestão pública, dando ênfase à nova modalidade de contratação de servidores, ou seja, pela CLT. A exposição manteve-se na linha, já há muito divulgada pelo Ministério, e mesmo frente às manifestações da sociedade organizada não sofreu qualquer alteração. Ao contrário, Valeria informou sobre os diálogos junto ao judiciário que, segundo ela, já admite ter, na esfera pública, dois regimes de trabalho (RJU e CLT). Isto contradiz a manifestação do STF quanto ao ordenamento da Constituição que determinou a existência de um único regime nas relações de trabalho entre o Estado e seus servidores.

A exposição, na seqüência, feita pelo Professor Amâncio, trouxe algumas reflexões sobre alternativas intermediárias entre nossa proposição e a do governo. Ressaltou a necessidade de alteração do atual modelo de gestão, dado que este atual modelo está esgotado. Fez referência à necessidade do debate e que segundo ele o espaço está aberto posto que o projeto se encontra no Congresso Nacional e que é lá que se deve atuar. Falou, ainda, do trabalho realizado pela comissão interministerial e dos problemas detectados com relação à gestão, dentre eles a não reposição dos quadros de pessoal, tecendo crítica à redução de jornada de trabalho. Outro elemento apresentado em sua exposição se refere às estatísticas de produtividade e aos conceitos de gerenciamento pertinentes à gestão privada. Quanto ao regime de trabalho, destacou os obstáculos a um novo modelo de gestão, proporcionados pelo RJU, dando evidência à estabilidade do servidor e contrapôs, afirmando que experiências em outros hospitais mostram que, mesmo sendo regido pela CLT, o grau de rotatividade é mínimo não ultrapassando os 7%.

Ao final, mostrou-se interessado nas proposições apresentadas pela FASUBRA, manifestando publicamente seu interesse em debater nosso projeto de Hospital Universitário.

Ao retomarmos as considerações finais, fizemos contraponto aos argumentos de que o RJU seria um obstáculo e de que houve democracia neste processo, pois o fato de estar no congresso permite tão somente formular adendos ao projeto do governo, mantendo a posição do mesmo de criação das Fundações e, tanto se sustenta tal afirmação, que tivemos o lançamento do PAC da Saúde, quando o Ministro Temporão, desconsiderando a vontade do Conselho Nacional de Saúde e da 13ª Conferência, manteve a proposta de criação da Fundação Estatal de Direito Privado.

Assim, cabe-nos a tarefa de agilizar, como já aprovado na Direção Nacional, a conclusão de nosso projeto de HU e aprofundar o debate junto à sociedade organizada.

## **DIEESE LANÇA PROPOSTA DE ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR**

**Pela FASUBRA:** Paulo Henrique

No dia 12 de dezembro último, participamos da reunião do DIEESE onde foi lançada a proposta de criação da Escola de Ensino Superior. Na apresentação inicial, Clemente, da Direção do DIEESE, fez um breve histórico desta proposição, lembrando que este projeto já havia sido pensado em outras ocasiões. Nos grandes temas projetados e articulados com as Centrais Sindicais, para este período, como o Acordo do Salário Mínimo; PCDA – Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessorias; Agenda do Desenvolvimento; Fórum da Previdência, figura também o projeto de Escola de Ensino Superior a ser implementada em 2008. Para tanto, é necessária a aprovação da assembléia do DIEESE, e que implicará na criação de uma nova instância de caráter consultivo: "Conselho Político de

Centrais Sindicais". Afirmou não ter ainda a conformação definida quanto à representação de cada central filiada ao DIEESE. No entanto, terá como parâmetro o PCDA.

Na seqüência, passou a palavra para Suzanna, que teceu maior detalhamento sobre o processo, o qual, segundo ela, trata-se de algo em construção, mas que tem seus pilares já constituídos. O Grupo de trabalho que operou esta proposta parte do princípio que a educação como está não atende as perspectivas da classe trabalhadora, citando Marx: "o conhecimento é um campo em litígio", e que classes diferentes produzem conhecimentos diferentes conforme suas perspectivas e ainda, que na escola, ao tempo em que se aprende, se constrói uma identidade. Acrescentou, ainda, que é necessário pensar um espaço onde os trabalhadores possam produzir e reproduzir o conhecimento segundo sua ótica. A escola não tem um nome definido se será faculdade ou instituto visto que não só a graduação está sendo pensada, mas, também, a pesquisa. Inicialmente, "Faculdade de Ensino e Pesquisa em Trabalho e Desenvolvimento", caso se mantenha esta denominação de Faculdade se propõe a uma intervenção propositiva que refletirá as necessidades e valores da classe trabalhadora.

Aberta a palavra aos presentes, apresentamos nossa experiência pontuando nosso projeto de universidade cidadã para os trabalhadores e apresentamos alguns questionamentos quanto à política pedagógica, quem definiria e como ter o controle e a supervisão, de modo a termos uma formação diferente do tradicional.

Outras questões foram apresentadas pelos demais em torno do número de vagas, modo de acesso, garantia de permanência, localização física e conteúdo do curso. Em resposta, tivemos que inicialmente pensou-se em duas turmas e quanto ao acesso e permanência não se tem definido, pois estamos num processo em construção.

Quanto à localização, apareceram propostas de parceria com a Universidade Federal do ABC e ainda o interesse manifestado pelo Professor Naomar Reitor, da Universidade Federal da Bahia, o que se pode dizer da possibilidade de se ter uma turma em São Paulo e outra em Salvador, com um número de 30 a 50 alunos, num curso de graduação de três anos de Bacharel em Trabalho e Desenvolvimento, podendo obter licenciatura com mais um ano.

No que tange à política pedagógica, é preciso constituir um conselho com a participação de educadores sintonizados com nossos propósitos e que outras experiências foram estudadas, como a do MST, reafirmando mais uma vez que este processo está em construção e que, no primeiro semestre, estarão recebendo contribuições das entidades filiadas.

A FASUBRA e outras entidades se dispuseram a contribuir neste processo e manifestou o apoio à iniciativa que coincide com as bandeiras da Federação.

*PARA PÁGINA, MESMO T. 10/6*

**FASUBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE  
NEGOCIAÇÃO COLETIVA - 11/12/07**

**Avança consenso sobre a necessidade da Negociação Coletiva no serviço Público**

**Tema: Debate sobre o Projeto de Lei nº 4.497/2001 e apensados que "dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos Servidores Públicos".**

**Convidados:** Carlos Lupi (Min. de Estado do Trabalho e Emprego); Paulo Bernardo Silva (Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão); Ellen Gracie (Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal); José Milton da Costa (Secretário-Geral CONDSEF); Paulo Pereira da Silva (Presidente da Força Sindical); Arthur Henrique da Silva Santos (Presidente da CUT NAC); Antônio Carlos dos Reis (Presidente da CGT); Enilson Simões de Moura (Presidente da SDS); **Léia de Souza Oliveira (Coordenadora Geral FASUBRA Sindical)**; Maria da Graça Costa (Presidente da Coordenação dos Servidores Públicos Municipais) e José Maria de Almeida (Coordenador Nacional CONLUTAS).

**A CUT foi representada pelo responsável pelo Escritório da CUT em Brasília, Carlos Henrique de Oliveira.**

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou nesta terça-feira (11/12) uma audiência pública para debater o substitutivo ao PL 4.497/01. O Substitutivo apresentado pelo deputado Nelson Marquezelli, presidente da CTASP e relator do PL 4.497/01, estabelece os termos e limites para o exercício do direito de greve pelos servidores públicos.

Os representantes do governo federal, Raimundo Furtado Kappel e Duvanier Paiva Ferreira, reafirmaram o compromisso com "a democratização nas relações de trabalho dentro do serviço público" e informaram aos presentes do avanço produzido no Grupo de Trabalho formado por representantes de entidades sindicais e a CUT para regradar a negociação coletiva no serviço público. Leila de Souza de Oliveira, coordenadora Geral da Fasubra Sindical, afirmou que a cultura nas greves realizadas no serviço público é a "da auto-regulamentação com responsabilidade".

Absolutamente todos os representantes das entidades sindicais presentes manifestaram-se por compreender que o estabelecimento da negociação coletiva no serviço público precede a discussão sobre a regulamentação do direito de greve destes trabalhadores. Na oportunidade a representante da Confetam-CUT lembrou que já tramita na Câmara dos Deputados o PL 6141/02, formulado por sindicalistas filiados à Internacional do Serviço Público - ISP, e que "oferece uma estrutura para a negociação coletiva no setor público".

O representante da CUT, Carlos Henrique de Oliveira, lembrou que, historicamente, a greve só foi colocada em lei para impedir o seu exercício: "foi assim no Código Penal de 1.890, que classificava a greve como delito, ou na constituição de 1937 que considerava a greve um recurso anti-social, ou, ainda, durante a Ditadura Militar, quando valia a Lei anti-greve". Esta lembrança foi para concluir que a tradição jurídica brasileira é autoritária e que o rigor da lei não impediu a realização de greves. Portanto, "a saída não é limitar o exercício do direito, mas garantir um processo negocial dentro do serviço público".

De acordo com o deputado Tarcisio Zimmermann, PT-RS, não se trata de entendimento individual, mas do fato do Supremo Tribunal Federal já ter regulamentado a greve.

Presente ao debate, o deputado Vicentinho, PT-SP, disse que "o caminho para não se ter greve no serviço público é a institucionalização da negociação". O autor da proposta de audiência pública com o movimento sindical, deputado Nelson Pellegrino, PT-BA, considerou o debate bastante proveitoso e insistiu na necessidade da fixação de uma "data-base" para o serviço público, propondo que, na retomada dos trabalhos parlamentares em 2.008, seja debatido a negociação coletiva no serviço público. Ao final, o deputado Nelson Marquezelli, PTB-SP, afirmou que vai jogar limpo: "Vou dificultar a greve, mas vou facilitar ao máximo a negociação".

## **INFORMES DA CUT**

### **Nota oficial da CUT sobre o fim da CPMF**

O fim da CPMF e a conseqüente queda de arrecadação da ordem de R\$ 40 bilhões não podem, em hipótese alguma, ser compensados em 2008 com a redução dos investimentos em políticas sociais como Saúde, Previdência, Assistência Social e valorização dos trabalhadores públicos, como parece ser, em última instância, o objetivo oculto de partidos como DEM (ex-PFL) e PSDB. A CUT não vai aceitar nenhuma tentativa de drenagem de recursos dessas áreas.

Entre os gastos do governo, aquele que deve prioritariamente ser reduzido para preencher eventuais lacunas orçamentárias é o gasto com o pagamento dos juros da dívida interna.

A Executiva Nacional da CUT, que se reunirá no próximo dia 18, ainda irá detalhar as ações que pretende empreender e as propostas que defenderá com o objetivo de preservar os investimentos em políticas sociais.

**Artur Henrique,  
Presidente Nacional da CUT**

## **NOTÍCIAS**

### **Britto repudia jejum do governo na hora de pagar precatórios**

Brasília, 10/12/2007 – O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto,

manifestou hoje (10), durante sessão plenária da entidade, o seu total inconformismo quanto ao texto que será levado a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 12/06, que trata das dívidas judiciais não pagas pelo governo no Brasil. Para Britto, o texto da referida PEC, na forma em que se encontra, simboliza a forma desrespeitosa com que o Estado brasileiro trata os impostos e o contribuinte. "O governo tem uma fome muito grande de arrecadar e pratica o jejum na hora de pagar. Quer aumentar ou prorrogar impostos, mas na hora de cumprir com as suas obrigações, propõe uma verdadeira moratória" afirmou Britto, lembrando que a PEC 12 foi proposta pelo governo Lula como uma negociação em troca da aprovação da prorrogação da CPMF.

Britto acrescentou que o texto da PEC, da forma em que está, institui um calote oficial da dívida pública, uma vez que cria a figura do leilão para efetuar tais pagamentos e brinca com a fome daquele cidadão que já conquistou na Justiça o direito a receber indenização do governo. "Esse é um contra censo que bem simboliza a mentalidade dos governantes brasileiros, tanto do governo federal quanto dos municipais e estaduais". Há a previsão de votação da referida PEC, relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), na próxima quarta-feira no Plenário do Senado. Representantes de duas Comissões da OAB – de Defesa dos Credores Públicos e de Relações Institucionais – acompanharão a votação naquela Casa Legislativa.

O vice-presidente nacional da OAB, Vladimir Rossi Lourenço, chamou a atenção, durante a sessão plenária da entidade, para o fato de o limite de 3% para Estados dizer respeito não só a novos precatórios, mas também ao estoque de precatórios existente. "Uma vez aprovada essa PEC da maneira em que está, o Estado de São Paulo, por exemplo, levaria cerca de cem anos para pagar o estoque atual existente em termos de dívidas", afirmou Vladimir Rossi.

Fonte: Assessoria Jurídica Nacional

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADE

DEZEMBRO	
<b>11</b>	Audiência Pública – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – Câmara dos Deputados – Bsb
<b>11</b>	Reunião do FENTAS
<b>12 e 13</b>	Reunião do CNS – Bsb

